

## Tiradentes: por que ele é o herói da Inconfidência?

Gerson Luiz Buczenko (\*)

*A Inconfidência Mineira foi o movimento de rebeldia mais importante do Brasil*

A afirmação não é minha, mas de Boris Fausto, historiador e membro da Academia Brasileira de Ciências, em sua obra História Concisa do Brasil (2012). O movimento foi eternizado em 21 de abril como 'Dia de Tiradentes'. Porém, mais do que um feriado prolongado, esse é um momento de reflexão sobre a conquista da democracia, hoje estabelecida em nosso país.

Para isso, vale lembrar um pouco de sua história. A Inconfidência iniciou-se em 1750, quando a produção de ouro na sociedade mineira entrou em declínio. Mesmo com a situação econômica desfavorável, a Coroa portuguesa continuou cobrando impostos, o que desencadeou inquietações sociais e políticas.

Aqueles que resistiam aos ideais portugueses passaram a ser conhecidos como inconfidentes. O grupo era formado por membros da elite colonial — mineradores, fazendeiros, padres, funcionários, advogados de prestígio e uma alta patente militar. Entre eles estava José Joaquim da Silva Xavier, uma exceção entre os inconfidentes, pois ficou órfão e não recebeu heranças de seus pais.

Ele e seus irmãos tentaram trabalhar, sem sucesso, com comércio. Em 1775, José Joaquim entrou para a carreira militar, no posto de alferes, correspondente ao grau inicial do quadro de oficiais. Nas horas vagas exercia o ofício de dentista, de onde surgiu o apelido de tanto depreciativo: Tiradentes.

A partir de 1782, com a mudança política em Minas Gerais, José Joaquim perdeu o comando do destacamento militar que patrulhava a estratégica estrada da Serra da Mantiqueira, porta de entrada para as minas. Em meio à tentativa de impedir a cobrança de impostos atrasados por parte da Coroa portuguesa, chamada de Derrama, os inconfidentes começaram a se preparar para o movimento de rebeldia nos últimos meses de 1788.

Porém, em março de 1789,

o visconde Barbacena suspendeu a Derrama e os conspiradores passaram a ser denunciados e presos. Tiradentes recebeu uma punição diferente. Enquanto os outros eram expulsos do país, após apelos de clemência, ele foi enforcado na presença da tropa e da população, em meio a discursos de aclamação à rainha de Portugal. Em seguida, seu corpo foi desmembrado e sua cabeça foi exibida na praça principal da cidade de Ouro Preto.

Sua figura foi esquecida pela monarquia como traidor da pátria portuguesa. Apenas com o início da república brasileira, em 1889, com os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, Tiradentes foi elevado à condição de herói brasileiro e figura hoje como patrono das polícias militares do Brasil.

Ao defender juntamente com os demais inconfidentes os ideais republicanos, inspirados no modelo constitucional dos Estados Unidos, cumpriu de forma exemplar a pena dada aos traidores dos ideais da monarquia portuguesa. Ao assumir culpa pelos supostos crimes cometidos, Tiradentes propicia um exemplo de luta pelos ideais dos mais nobres, como é caso da defesa de uma república constitucional perante uma monarquia absolutista.

Enfatiza-se ainda a questão de que o alferes, advindo de família sem muitas posses, não possuía à época de seu julgamento quem olvidasse sua clemência junto à Coroa portuguesa. Como militar e preso a juramentos de fidelidade perante a Coroa portuguesa, a sentença de traição lhe foi atribuída de forma raciocinada.

Assim, esse episódio histórico do Brasil, longe de ser visto apenas como mais um feriado prolongado, há de ser um momento de reflexão sobre a importância da conquista da democracia, hoje consolidada em nosso país. E esse feito se deu graças a heróis como Tiradentes que, segundo Boris Fausto, é "cultuado como mártir não só pela direita e pela esquerda, como pelo povo da rua".

(\*) - É Historiador, Pedagogo e Professor de Direitos Humanos e Cidadania no Centro Universitário Internacional Uninter.

## Importantes projetos para o setor industrial em análise no Senado

Além da reforma da Previdência, o setor industrial defende a aprovação de uma série de projetos em discussão no Congresso para melhorar o ambiente de negócios e ajudar o setor a crescer

Ao todo, a Agenda Legislativa da Indústria 2019 reúne 123 propostas de seu interesse a tramitar na Câmara e no Senado. Entre elas, 14 integram uma "pauta mínima" — conjunto de temas urgentes na visão da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No último dia 11, a CNI revisou para baixo as estimativas de crescimento da indústria. A previsão era que o setor fecharia o ano com crescimento de 3%, mas a CNI aponta uma queda no ritmo, que deve garantir uma expansão de apenas 1,1%. Entre as propostas defendidas pelos empresários para alterar esse cenário, está a que aumenta a liberdade para as empresas escolherem de quem comprar a energia elétrica. Para a indústria, essa medida é importante ajudar a baratear os custos produtivos.

O senador Marcos Rogério (DEM-RO) é o relator da proposta. Ele está ouvindo vários setores e adiantou que pretende colocar a proposta em votação no primeiro semestre. Embora o projeto possa tornar



Nem todos os projetos urgentes para a CNI são considerados prioritários pelos parlamentares.

a energia mais barata, prefere analisar com cautela eventuais mudanças no texto. Para o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), existem outras propostas que merecem maior atenção dos senadores. Ele é autor de um projeto do qual todos os consumidores residenciais com consumo inferior a 70 quilowatts por mês, inclusive em programas sociais, estariam isentos do pagamento da tarifa de energia.

A CNI também apoia a criação do Código de Defesa do Contribuinte, medida que tramita no Senado há oito anos. O projeto, segundo a autora, senadora Kátia Abreu (PDT-TO), ameniza a vida do contribuinte diante da elevada quantidade de normas e exigências do sistema tributário nacional. Entre as reivindicações dos empresários está a mudança na fiscalização, que segundo eles, deveria ter caráter mais orientador e menos punitivo.

Também incluído na pauta mínima da indústria, o projeto do ex-senador Armando Monteiro (PTB-PE), facilita a transferência ou contratação de brasileiros para missões ou trabalhos fora do país. O texto define que a legislação trabalhista aplicável a esses trabalhadores é a do local da prestação de serviços, como ocorre na maioria dos países, pelo chamado princípio da territorialidade (Ag.Senado).

### AGU cobra R\$ 2,1 bilhões desviados do setor público

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que está cobrando na Justiça o pagamento de R\$ 2,1 bilhões, desviados de autarquias e fundações ligadas ao setor público. Nos últimos três anos, foram movidas 659 ações de improbidade administrativa para rever os valores.

A maioria das ações propostas ao Judiciário envolvem desvios na Previdência Social e na aplicação indevida de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No caso do INSS, as fraudes mais comuns são falsificação de documentos para receber aposentadorias e auxílios, além da contratação de pessoas para comparecer às perícias médicas no lugar do real beneficiário. Nos recursos envolvendo a educação foram encontradas fraudes na forma de merenda escolar. Em alguns municípios, notas fiscais indicavam a compra de alimentos de primeira linha, mas insumos mais baratos eram encontrados na dispensa das escolas.

O trabalho é coordenado na AGU, por meio da Equipe de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administrativa da Procuradoria-Geral Federal (ETR-Probidade), criada em 2016. Cerca de 200 ações por ano são ajuizadas pelos procuradores federais da equipe (ABR).

## Senadores vão 'liderar' revisão do Pacto Federativo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu um novo Pacto Federativo, com uma nova distribuição dos recursos arrecadados entre os estados, os municípios e a União, ao anunciar a criação de grupos temáticos para estudar mudanças na legislação e estabelecer uma nova fórmula para distribuir os recursos públicos.

Após reunião com os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, Davi manifestou apoio à reforma da Previdência, que classificou como "a mãe das reformas". Mas, no momento, disse o presidente da Casa, o Senado vai "pilotar" a revisão do Pacto Federativo.

Davi afirmou que está na hora de levar à frente o slogan "Mais Brasil, menos Brasília", adotado durante a campanha nas eleições pelo atual governo. "Temos que fazer com que os recursos públicos cheguem



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

na ponta. O Senado vai pilotar esse processo. Vamos criar grupos temáticos para debater o Pacto Federativo a partir da próxima semana e apresentar para a sociedade essa nova repartição de recursos".

Já o ministro Paulo Guedes condicionou o desenho de um novo Pacto Federativo à aprovação da reforma da Previdência, e do projeto que trata

da cessão onerosa do petróleo da camada pré-sal. Segundo ele, sem as reformas, a União também ficará sem recursos e o novo pacto com estados e municípios será um "abraço de afogados". O ministro garantiu que o governo federal é favorável à redistribuição de recursos, mas a "calibragem" de como isso será feito cabe ao Congresso (Ag.Senado).

## Alimentação nas escolas está na pauta da Comissão de Educação

A Comissão de Educação do Senado tem reunião deliberativa na próxima terça-feira (23). Na pauta, o projeto do Senado que destina metade dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar para a aquisição de gêneros da agricultura familiar. A autora da matéria é a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) e tem como relator o senador Nelsinho Trad (PSD-MS).

Os senadores podem votar ainda o projeto da Câmara que assegura a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica na escola mais próxima de casa. O relator da matéria é o senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Já o projeto do senador Lasier Martins (PSD-RS), isenta de Imposto de Renda as premiações de cunho artístico e cultural. A relatora é a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

A Comissão pode analisar ainda três projetos que insti-



Gêneros da agricultura familiar para alimentação escolar.

tuem dias comemorativos. O relatório pelo senador Flávio Arns (Rede-PR), cria o Dia Nacional do Ecumenismo; o relatório pelo senador Wellington Fagundes (PR-MT), prevê o Dia Nacional do Rodeio; e o relatório pelo senador Zequinha Marinho (PSC-PA), estabelece o Dia Nacional do Museu.

Outro item na pauta é o projeto relatado por Lasier

Martins que inscreve o nome de Oswaldo Aranha (1894-1960) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Político, diplomata e advogado, ele foi o chefe da delegação brasileira e presidente da Assembleia Geral da ONU em 1947. No ano seguinte, Aranha foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços pela paz no Oriente Médio (Ag.Senado).

## Incentivos para criadores de cabras e ovelhas



Também promoverá a regularização do abate e do comércio de produtos derivados.

A Comissão de Agricultura do Senado promoveu reunião com oito itens na pauta de votações. Entre eles, o projeto que cria a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura. O objetivo é desenvolver raças mais produtivas e aumentar a rentabilidade dos rebanhos de ovelhas e cabras. A política nacional também promoverá a regularização do abate e do comércio de produtos derivados, como carne, lã, couro e laticínios, e o estímulo ao processamento industrial, familiar e artesanal desses produtos.

Entre os princípios e diretrizes da política de incentivo estão a desburocratização e a simplificação de procedimentos regulatórios e administrativos; a redução de disparidades regionais; e a elevação da produtividade do trabalho.

Também pode ser votado o projeto que regulamenta o traba-

lho de mulheres marisqueiras. O projeto da Câmara determina as responsabilidades do poder público no apoio ao desenvolvimento das atividades desenvolvidas por essas trabalhadoras. Define como mulher marisqueira aquela que realiza, de forma artesanal, a atividade de captura ou apanho de mariscos em manguezais de maneira contínua, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização de parte da produção.

Pelo projeto, cabe ao poder público estimular a criação de cooperativas ou associações de marisqueiras para incentivar o desenvolvimento da atividade. Também fica assegurada a prioridade em indenizações por conta de desastres ambientais provocados ou não por ação humana que impeçam as mulheres marisqueiras de trabalharem (Ag.Senado).

Empresas & Negócios  
netjen@netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

**TEL: 3043-4171 / 3106-4171**

www.netjen.com.br